

**Frederico Valdez Pereira**

# **DELAÇÃO PREMIADA**

## **Legitimidade e Procedimento**

**Aspectos Controvertidos do Instituto da Colaboração  
Premiada de Coautor de Delitos como Instrumento  
de Enfrentamento do Crime Organizado**

**2ª Edição  
Revista e Atualizada  
de Acordo com a Lei 12.850/13**

Curitiba  
Juruá Editora  
2014

---

Visite nossos *sites* na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

**ISBN: 978-85-362-4905-6**

**JURUA**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Pereira, Frederico Valdez.

P436 Delação premiada: legitimidade e procedimento./  
Frederico Valdez Pereira./ 2ª edição./ Curitiba: Juruá, 2013.  
218p.

1. Delação premiada. 2. Crime e criminosos. 3. Direito  
penal. I. Título.

CDD 345.02(22.ed.)  
CDU 344

000011

---

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	21
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>2 NOÇÕES GERAIS E APROXIMAÇÃO CONCEITUAL</b> .....	27
2.1 Direito Penal Premial.....	27
2.1.1 O Auxílio da Denominação para Identificar os Contornos do Instituto .....	31
2.1.2 Diferença entre Arrependimento Substantivo e Arrependimento Processual.....	36
2.2 Inspiração no Sistema Jurídico de <i>Common Law</i> .....	41
2.2.1 Assimilação Meramente Superficial com o <i>Plea Bargaining</i> .....	44
<b>3 A COMPATIBILIZAÇÃO CONSTITUCIONAL DA DELAÇÃO PREMIADA</b> .....	49
3.1 O Sistema Penal Entre Eficiência e Garantias .....	49
3.1.1 A Pendularização Inerente à Persecução Penal .....	51
3.1.2 Tensão Constitucional no Tema da Colaboração Processual .....	55
3.2 Princípios Constitucionais Suscitados em Face dos Colaboradores .....	58
3.2.1 Direito à não Autoincriminação .....	58
3.2.2 O Princípio da Culpabilidade: Proporcionalidade da Pena à Gravidade do Delito .....	60
3.3 Princípios Constitucionais Suscitados em Face dos Delatados.....	65
3.3.1 A Quebra de Isonomia.....	66
3.3.2 A Tutela dos Inocentes: Eficácia Probatória da Declaração dos Pentiti .....	68
3.4 Os Custos a Assumir na Dinâmica Processual: a Suave Inquisição .....	70
3.5 Base Argumentativa Tendentemente Favorável à Colaboração .....	73

3.5.1	O Fenômeno das “Emergências Investigativas” .....	73
3.5.1.1	O problema investigativo do crime organizado.....	75
3.5.1.2	Algumas balizas às opções estatais no reforço investigativo .....	77
3.5.2	A Necessidade de Tutela “Suficiente”.....	80
3.5.2.1	Deveres estatais de proteção.....	81
3.6	O Tensionamento no Campo dos Princípios.....	86
3.7	O Recurso à Máxima da Proporcionalidade .....	88
3.7.1	O Juízo de Adequação .....	91
3.7.1.1	Adequação do recurso à colaboração premiada.....	94
3.7.2	O Juízo de Necessidade.....	96
3.7.2.1	A Necessidade do recurso à colaboração premiada.....	98
3.7.3	Proporcionalidade em Sentido Estrito .....	102
3.7.3.1	Proporcionalidade em sentido estrito da colaboração premiada.....	103
3.8	Conclusões Parciais a Respeito da Compatibilização Constitucional da Colaboração Premiada .....	105
<b>4</b>	<b>PROBLEMAS DE ORDEM PROCESSUAL .....</b>	<b>113</b>
4.1	O Procedimento de Coleta da Colaboração .....	115
4.1.1	Evolução da Noção de Procedimento .....	115
4.1.2	A Relevância do Procedimento como Direito Fundamental .....	116
4.2	Pontos Relevantes no Procedimento da Colaboração Premiada .....	118
4.2.1	A Fase Preliminar de Admissibilidade da Colaboração .....	119
4.2.1.1	A atuação do Ministério Público e do defensor.....	122
4.2.2	Concretização da Colaboração na Fase Investigativa.....	124
4.2.3	Pressupostos Legais da Colaboração.....	132
4.2.4	Obrigações Processuais do Colaborador .....	133
4.2.5	O Duplo Problema da Garantia aos Colaboradores e da Extensão do Prêmio .....	137
4.2.6	A Postura do Juiz nos Acordos de Colaboração Processual .....	141
4.2.7	Garantias Processuais dos Delatados.....	145
4.2.7.1	O direito de confrontar o colaborador .....	146
4.2.7.2	Acessibilidade endoprocessual da colaboração.....	147
4.3	Eficácia Probatória da Declaração dos Arrependidos .....	154
4.3.1	Feição Atual da Eficácia da Delação no Direito Comparado .....	156

---

4.3.2	Princípio da Presunção de Inocência: para Além da Dúvida Razoável .....	166
4.3.3	Limites à Livre Apreciação da Prova .....	169
4.3.4	Os Limites Aplicados à Colaboração Processual .....	171
4.4	Exigências para Atribuir Eficácia Probatória às Revelações do Colaborador .....	173
4.4.1	A Especificidade do Objeto.....	174
4.4.1.1	A posição do colaborador em juízo .....	176
4.4.2	Aferição Interna.....	178
4.4.3	Aferição Externa.....	182
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>191</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>195</b>
	<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b> .....	<b>205</b>